Lopes não convence e poucos deixam as passagens

Somente cinco das mais de 30 famílias que invadiram a ponte do Bragueto e passagens subterrâneas da Asa Norte, foram removidas ontem. O secretário de Serviços Sociais, Adolfo Lopes, que acompanhava pessoalmente a remoção, informou que a partir de quinta-feira da próxima semana mais 13 famílias devem sair dos barracos direto para Brasilinha. Ninguém aceitou ir para os albergues.

Adolfo Lopes afirmou que a operação de remoção está acontecendo sem nenhum transtorno e que no máximo em 30 dias a população poderá usar as passagens subterrâneas. Ontem pela manhã foi feito o trabalho de convencimento das pessoas que moram nessas passagens. Segundo o secretário, das três alternativas oferecidas voltar para a terra natal, ir para um albergue ou ficar com um lote, a última era a preferida: "Isso é até óbvio. Sair daqui (apontou para o subterrâneo da 110 Norte) para Brasilinha. É como sair do inferno para o céu", disse.

Conta própria

Mas nem todos concordam com a definição do secretário. Dez famílias abdicaram do "céu" e resolveram por conta própria, sem exigir nada da Secretaria, voltar para Pedregal, cidade goiana a 100 km de Brasília. "Essas dez famílias estavam forçando para conseguir uma casa e descobriram que isso não era possível", disse Adolfo Lopes. A piauiense Francisca Maria de Lima desconfiava do paraíso prometido por Lopes: "Quem diz que ele não quer enganar a gente? Nós não sabemos nem como são esses lotes".

Francisca Maria mora há quase um ano debaixo da ponte do Bragueto em um barraco de papelão. Ganha uma diária de 500 cruzados como doméstica. Com esse dinheiro sustenta dois filhos e o marido, que trabalhava como vigia e foi despedido há dois meses. "Nós queremos sair daqui para um local digno, que tenha o mínimo para nossas crianças. Não adianta ir para o **cafundó do Judas** e não encontrar nada lá", argumentou Moacir Monteiro Neto, companheiro de Francisca.

Cruzada

Na sua cruzada de convencimento, Adolfo Lopes garantiu aos invasores que eles não iriam ficar ao "relento". "Quem for na quinta-feira da próxima semana a Brasilinha ficará no Centro de Triagem da Fundação Maria de Barro até que as casas dos lotes sejam construídas", informou. O secretário prometeu ainda, que o governo ajudará as famílias a construírem a moradia.

Adolfo Lopes comprometeu-se com os invasores afirmando que no lote, de 360 metros quadrados, a infra-estrutura está garantida. Esta afirmação aliviou Francisco da Conceição, de 63 anos, que mora na passagem subterrânea da 110 Norte. Francisco não queria ir para um albergue porque "lá um mata o outro", não queria voltar para sua terra de origem porque "já vim de lá", e só iria para Brasilinha se o lote tivesse "boas condições".

A Secretaria de Serviços Sociais ofereceu, para os que queriam lotes, várias opções, como Girassol, e saída de Corumbá, Brasilinha e Montes Altos. Todos optaram por Brasilinha. Adolfo Lopes garantiu que os lotes serão de propriedade dos invasores, mas restringiu a posse: "Esses lotes não poderão ser vendidos".

De volta

As cinco famílias que resolveram voltar para o local de onde vieram foram pegas ontem de manhã pelas Kombis do Centro de Desenvolvimento Social (CDS), da Secretaria de Serviço Social. Todas destinavam-se à Bahia. Somente um dos invasores havia viajado quinta-feira passada, para Goiânia.

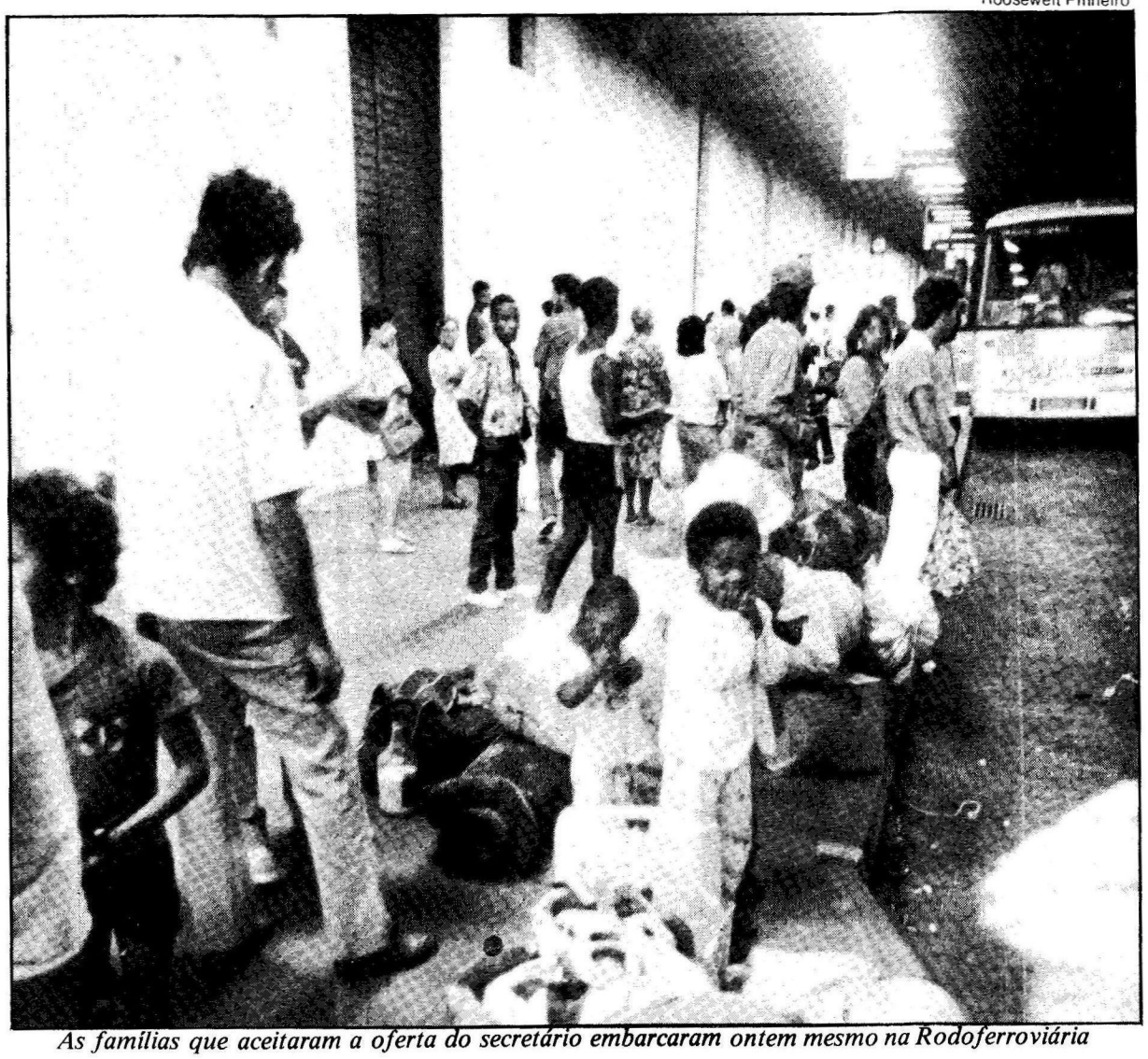
A plataforma de desembarque da Rodoferroviária estava lotada de sacos e malas velhas das famílias que iam viajar para Irecê e Jacobina, na Bahia. "Eles levam tudo, roupas, brinquedos e cachorros", disse Dulce de Gusmão, assessora do CDS.

Alegria

Rosa Maria de Jesus, 60 anos, que morava na ponte do Bragueto, estava contente com a passagem que ganhou para Irecê: "Tudo era muito difícil lá no viaduto. Pelo menos na Bahia meus parentes têm um barraco de barro, que é bem melhor do que aquilo lá". Rosa, juntamente com a filha, Luciana Alencar Farias, 13 anos, e a amiga Maria Fortuna dos Santos, com uma criança de 3 anos, que criava, estavam há um ano sem emprego. "Ficamos esperando meu filho que foi atrás de emprego em Goiânia e nunca mais voltou".

Evanildo Donizetti, a esposa e dois filhos, também viajaram ontem para Jacobina, na Bahia. Donizetti esperava trabalhar como catador de feijão, nas terras próximas à casa de sua mãe, para onde escolheu ir. Reincidente, ele morou em Brasília há três anos, procurou emprego, não conseguiu e acabou ganhando uma passagem da Fundação Zoobotânica para viajar de volta.

Roosewelt Pinheiro



As famílias que aceitaram a oferta do secretário embarcaram ontem mesmo na Rodoferroviária

Números ainda são incompletos

De janeiro a abril deste ano, 1.098 imigrantes foram atendidos pelo Centro de Desenvolvimento Social da Secretaria de Serviços Sociais. Conforme explicou a diretora do órgão, Maria das Dores Costa, este índice não representa todo o universo de pessoas que chegam em Brasília, pois 50% dos imigrantes não procuram o CDS em busca de orientação e auxílio.

Maria das Dores informou, que a maioria das pessoas que se dirigem ao CDS, solicitam albergues e alimentação, pois são geralmente desempregados e vêm aventurar alguma coisa em Brasília. Ela salienta, porém, que aqueles imigrantes que não procuram o órgão, são porque se arriscam a morar em invasões, viadutos ou casas de conhecidos.

Como as pessoas que chegam em Brasília não têm qualificação profissional, elas se tornam ambulantes ou catadores de papel, como é o caso da maioria das 18 famílias que se abrigavam nas passagens subterrâneas da Asa Norte e Ponte do Bragueto. Em janeiro deste ano, Brasília recebeu 274 imigrantes. Em fevereiro, o número aumentou para 286 e, no mês de março e abril, foram registradas no CDS 269 entradas.

Para o secretário, foi um sucesso

Desde fevereiro de 1987, quando a Secretaria de Serviços Sociais lançou a proposta Retorno com Dignidade, cerca de três mil famílias já foram assentadas nas regiões do Entorno do Distrito Federal e receberam passagens para retornarem para suas cidades de origem. «Mesmo com todas as críticas recebidas e adversidades, o projeto foi e está sendo vitorioso», avaliou o secretário Adolfo Lopes.

Taxado como sendo «um segundo Hitler e estar traçando uma política de exportar favelados», conforme definiu o senador Pompeu de Sousa, o secretário de Serviços Sociais considera que todas as críticas recebidas serviram como estímulos para continuar com o seu projeto, e justificou: «Se não houve dignidade na vinda e, nem existe dignidade na permanência, por quê não pensar no retorno com dignidade»?

Demagogia

Adolfo Lopes comentou, ainda, que todas as críticas à sua proposta foram de cunho eleitoreiro, demagógicas e sem nenhum fundamento social. Ele acrescenta que, apesar das adversidades, o «Retorno com Dignidade» se constituiu em um excelente instrumento de ação social.

Ele lembrou que a idéia surgiu em fevereiro do ano passado, quando um favelado veio até o seu gabinete para pedir-lhe uma passagem para retornar à cidade de origem. «Procurei o Centro de Desenvolvimento Social e me forneceram a passagem, bem como uma ajuda financeira para manter a pessoa por alguns dias na sua cidade. Além disto, também foi oferecido um lote pelo prefeito da cidade».

Como a primeira tentativa de remoção foi um sucesso, o secretário resolveu investir no projeto, que visa reintegrar as famílias migrantes, preferencialmente em suas cidades de origem, oferecendo-lhes trabalho rural, além de assegurar-lhes a posse e o uso da terra.

Adolfo Lopes disse, ainda, que outra preocupação foi com o inchamento da cidade, que já está fora da rota traçada pelos seus idealizadores, provocando migrações desordenadas. Ele justifica que Brasília foi projetada para acolher 500 mil habitantes, sendo que hoje sua população é de 1,7 milhão, com estimativas de abrigar 4 milhões de habitantes até o ano 2000.

«Brasília é um universo em crescente miséria, pois este crescimento populacional provocou sérios desequilíbrios na oferta de emprego e atendimento social». E, para minimizar esta situação, Adolfo Lopes acrescentou que a proposta de reintegração de pessoas nos projetos de assentamento de pequenos agricultores em áreas agrícolas, visa produzir os seguintes resultados: diminuição gradativa das desigualdades sociais; aumento da oferta de empregos; diminuição do fluxo migratório para o Distrito Federal e diminuição da pressão sobre a estrutura de serviços básicos, como habitação, saúde, educação e segurança.

O secretário frisou, que nas operações convencimentos sempre ofereceu alternativas dignas aos favelados. «Jamais convidei quem quer que seja para deixar um viaduto ou se retirar da invasão da 110 Norte, sem no entanto oferecer-lhes uma condição digna de sobrevivência». Lembrou, ainda, que sempre respeitou o direito de ir, vir, permanecer e retornar.

Vila Planalto

Os moradores da Vila Planalto poderão fazer novas construções no local, para abrigar famílias no fundo dos quintais. O governador José Aparecido assinou decreto, ontem, ratificando um dos incisos do decreto de fixação da Vila, que só permitia a restauração das residências já existentes.

A nova redação do inciso VIII do parágrafo 2º diz que: «... em sendo necessária a edificação de unidades imobiliárias, elas serão implantadas em áreas internas à Vila; ...». Na avaliação do presidente da Associação de Moradores da Vila Planalto, Elmo Marques, cerca de 300 famílias moram hoje em fundos de quintais e serão beneficiadas com a mudança no decreto. Ele afirmou que há espaço suficiente para a construção de novas moradias para estas famílias no interior da Vila.